



2016 INTERNATIONAL YEAR OF PULSES

Editorial

A FAO, as leguminosas e a soberania alimentar

2016 será o “Ano internacional das leguminosas” (International Year of Pulses, IYP) das Nações Unidas, cujo lançamento aconteceu a 10 de novembro. A estratégia a ser facilitada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) está baseada em três argumentos: 1) que as leguminosas têm um papel fundamental tanto na produção sustentável de alimentos quanto na segurança alimentar e nutrição saudável; 2) são importante fonte de proteína vegetal para pessoas e animais; e 3) têm alta capacidade de fixar o azoto nos solos, o que as torna fertilizantes naturais sem custos económicos ou ambientais. A implementação do YIP seria colocada em prática através do impulso ao consumo e aumento da produção global de leguminosas, tendo a FAO chamado a atenção para “os desafios da sua comercialização”. Para além da retórica oficial, parece ser esta última a finalidade mais importante da iniciativa, ou pelo menos a que irá receber maior atenção por parte de empresas do agronegócio, produtores de sementes e fertilizantes (por exemplo, um dos primeiros tweets sobre o assunto, postado no site da FAO, provém da multinacional química Bayer) e governos (Canadá e Austrália nomeadamente, os maiores produtores mundiais do setor). Os movimentos sociais e as associações agro-ecológicas não parecem estar sensibilizados nem incluídos nesta estratégia, como aconteceu em 2014 (Ano Internacional da agricultura familiar) e em 2015 (Ano Internacional dos solos), em que após os lançamentos oficiais, já era possível encontrar articulação das iniciativas locais com as estratégias da FAO e antecedentes nas agendas políticas relacionados à valorização da agricultura familiar e da desertificação.

De facto, as leguminosas representam um recurso crucial para um objetivo que está fora da declaração oficial: a soberania alimentar. Diferente da “segurança alimentar” (acesso à comida), o conceito de “soberania alimentar” – lançado nos anos 1990 pelo movimento Via Campesina – salienta uma perspetiva crítica sobre o que se come, questionando quem e como produz alimentos, tornando assim a alimentação num “ato político”. Nas palavras da investigadora/ativista Esther Vivas, “Já não se tratava unicamente de poder comer, mas de ser ‘soberanos’, e poder decidir”, tendo acesso não simplesmente aos alimentos, mas sim aos meios de produção dos mesmos – terra, água, sementes – considerados como ‘bens comuns’.

Soberania alimentar é um tema bem trabalhado no CES (no âmbito da Oficina de Ecologia e Sociedade e do Grupo Economia Solidária) seja na investigação como na extensão e na colaboração com movimentos de agroecologia, agricultura urbana, economia solidária, comércio justo e permacultura/transição; em 2016, o tema será discutido amplamente no âmbito do Colóquio internacional *Undisciplined Environments* (Estocolmo, 20 a 23 de março), coorganizado pelo CES e o *Environmental Humanities Lab* da Universidade KTH.

Lúcia Fernandes e Stefania Barca

Conteúdos

Editorial

Observatórios

Breves

CES encenou

Dossier temático:

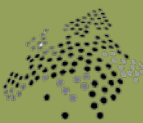
Sustentabilidade Justa

Undisciplined Environments

CES encenará

Doutoramentos e
formação avançada

Publicações



Um dos centros da atual reflexão internacional sobre o tema da participação dos/as cidadãos/ãs na construção das políticas públicas diz respeito ao chamado “salto do escala” (*scaling-up*), que dialoga com as novas dinâmicas de regionalização e as contraditórias transformações dos sistemas de descentralização de vários países, que cada vez mais acabam por dever relacionar-se com novas tendências centralizadoras das políticas nacionais.

Se a literatura teórica vai produzindo um crescente número de análises sobre os possíveis modelos de processos participativos em escala supramunicipal (e sobre os seus problemas específicos ligados à complexidade da sua governação e à baixa perceção de proximidade por parte dos/as habitantes), ainda são poucas as experiências concretas que suportem estudos de caso capazes de iluminar-nos a respeito dos limites e desafios desta extensão. O PEOPLES', através de alguns/mas dos/as seus/suas investigadores/as, há já um ano que privilegia análises e consultorias que permitam trabalhar os temas da participação em escala supralocal, para oferecer uma contribuição original quer à comunidade científica, quer no âmbito da transformação das políticas públicas. Assim, algumas teses de alunos/as do Doutoramento “Democracia no Seculo XXI” vertem sobre o aprofundamento das experiências do “sistema participativo” do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, da Região italiana da Toscana e da Escócia. Por outro lado, as consultorias – junto do Banco Mundial – em Moçambique apostam na proposta de um sistema nacional para promoção do orçamento participativo, enquanto no Quênia o PEOPLES' trabalha no âmbito de um projeto de consolidação da programação financeira participativa ao nível das províncias (“countries”), em linha com a nova Lei da Descentralização recentemente modificada. Um subtema importante – que estará no centro do Projeto “Empatia”, financiado através do Programa Horizonte 2020 para o período 2016-2018, centra-se na contribuição que as novas tecnologias podem providenciar para esta extensão da participação em escalas administrativas superiores.

O Observatório sobre Crises e Alternativas, prosseguindo as suas linhas de investigação, elegeu para o ano de 2016 quatro enfoques temáticos: financeirização da economia; trabalho e relações laborais; segurança social; proteção social e economia solidária.

O segundo relatório anual – surge em livro em janeiro de 2016 – mostra como está a financeirização da economia a dar um novo significado à condição semiperiférica de Portugal, e analisa em profundidade o que se passa com três sistemas de provisão essenciais: habitação, água e pensões de reforma – interpretando o modo diferenciado como eles estão a ser transformados pela financeirização, numa lógica de privatização.

É no quadro do enfoque trabalho e relações laborais que o Observatório prepara, no seguimento de vários barómetros, cadernos e atividades públicas, o seu terceiro relatório anual. Analisando a crise, o Estado e as políticas de emprego, o relatório exporá as reconfigurações introduzidas, a pretexto da crise e da necessidade de “reformas estruturais”, nas políticas de emprego, no direito do trabalho, nos próprios conceitos emprego e trabalho e nas relações laborais. Nele identificará alguns contributos para a definição de estratégias e alternativas no plano das políticas públicas e da ação coletiva emancipatória.

A segurança social e temas como os da redistribuição e/ou universalismo, pensões, financiamento, plafonamento e capitalização, emprego/desemprego e proteção social, precários e trabalhadores independentes, continuarão a ser estudados, debatidos e divulgados a partir das Oficinas da Segurança Social. Partindo de conclusões assumidas no seminário “Estado e Terceiro sector: que novos compromissos” (junho de 2015), o Observatório prossegue, com outros atores sociais, a análise do tema proteção social e economia solidária.

Tem sido também objeto de estudo de investigadores/as do Observatório, a fabricação do consentimento na imprensa económica. Os resultados da análise de conteúdo das publicações de alguns dos mais influentes jornalistas económicos no período do programa de “ajustamento” da troika em Portugal (2011-2014) – estudo realizado no âmbito do projeto OpenEc - A Economia e o “mundo real”: o caso do Memorando Português – serão divulgados nos Cadernos do Observatório e em debate público.



Novos Projetos Aprovados

Título: Mais participação, melhor saúde
Investigadores principais: Mauro Serapioni e Ana Raquel Matos
Financiamento: GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos

Título: ILOCALAPP - Incidentally Learning Other Cultures and Languages through an APP
Investigador principal: Clara Keating
Financiamento: Erasmus +

Título: Monitorização dos Direitos Humanos na cidade de Bogotá
Investigadora principal: Giovanni Allegretti
Financiamento: CGLU

Título: O paradoxo da inovação judicial nos países da Europa do Sul
Investigador principal: Luca Verzelloni
Financiamento: FCT

Título: Enabling Multichannel Participation Through ICT Adaptations - EMPATIA
Investigadora principal: Giovanni Allegretti
Financiamento: Comissão Europeia, Programa Horizonte2020

CES reforça equipa de investigação

O CES conta, desde o janeiro de 2016 com um investigador que reforça a equipa do NHUMEP, **Miguel Bandeira Jerónimo**.

Barómetro das Crises | nº 14

Salário Mínimo Nacional: até onde o queremos aumentar?

Um aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) em 2016, para valores situados entre 532 e 600 euros mensais, atingiria de forma imediata um número considerável de trabalhadores – entre 30 a 44% dos assalariados no sector privado, respetivamente. Cada um desses trabalhadores teria, em média, um aumento do rendimento base entre 4,0% e 11,5%. Mas o seu impacto na massa salarial paga pelas empresas aumentaria apenas entre 0,65% e 2,9%. Um aumento do SMN beneficiaria sobretudo os trabalhadores mais jovens, os que têm até dois anos de antiguidade na empresa, os de mais baixos níveis de escolaridade, e os que trabalham em atividades como o comércio ou nas indústrias de vestuário, têxteis, couro e calçado, mobiliário, agricultura e silvicultura, indústrias alimentares e restauração. E seria sobretudo sentido na massa salarial das empresas destes sectores e das micro e pequenas empresas em geral.

Élida Lauris – Prémio de ensaio CLACSO-FIBGAR

Élida Lauris foi distinguida com o Prémio de ensaio CLACSO-FIBGAR no concurso “La nueva agenda de los derechos humanos en América Latina y el Caribe” com o trabalho “Aprender com/a partir do Sul: redefinindo conceitos, contextos, vozes e narrativas para uma nova política de direitos humanos na América Latina”.

Aula Inaugural dos Programas de Doutoramento CES-UC

Democratising the Eurozone
Yanis Varoufakis (Universidade de Atenas)
17 de outubro de 2015

Yanis Varoufakis, economista e professor reconhecido a nível internacional, Ministro das Finanças do Governo grego entre janeiro e julho de 2015, foi o conferencista convidado para a aula inaugural dos programas de doutoramento que o CES desenvolve em parceria com várias unidades orgânicas da Universidade de Coimbra (FEUC, FDUC, FLUC, III-UC), bem como com outras universidades portuguesas (Universidade de Lisboa, de Aveiro e de Algarve) e estrangeiras (Bolonha, Paris-Ouest, Eduardo Mondlane e Federal Fluminense). Nesta apresentação, Yanis Varoufakis falou de democracia na Zona Euro e dos mecanismos de participação, responsabilização e transparência que urge reinventar para garantir uma Europa solidária e coesa, com capacidade de resolver os seus problemas e os desafios com que é confrontada.



Congresso

Da descolonização ao pós-colonialismo: perspetivas pluridisciplinares
11 a 13 de novembro de 2015

Numa organização do CES com o Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL (IHC/FCSH/UNL) e o Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE/FPCEUP), este congresso, aberto a uma discussão multidisciplinar, decorreu no Porto. Debruçou-se sobre diferentes processos económicos e políticos de descolonização (casos português, francês, britânico, holandês, belga, italiano, espanhol e sul-africano), assim como diferentes dimensões da “condição pós-colonial” (Baker et al., 1995; Young, 2012), incluindo: i) fluxos demográficos migratórios e recomposição social em contextos de conflito anti-colonial e de descolonização formal, ii) a negociação de identidades nacionais em contextos pós-coloniais, iii) relações Norte-Sul, uma avaliação crítica de programas de cooperação e respetivas doutrinas de desenvolvimento, iv) usos coloniais e pós-coloniais do passado: memórias e representações dos conflitos e das transições, v) educação, Pós-Colonialismo e Globalização e vi) descolonizações, literaturas e culturas.



Colóquio Internacional

Quarenta Anos de Independências
18 a 20 de novembro de 2015

Democracia, desenvolvimento e descolonização foram os três D que motivaram o 25 de Abril. Nos meses seguintes, entre setembro de 1974 e novembro de 1975 sucediam-se as independências das colónias portuguesas em África sob a égide dos mesmos objeti-

vos. Em 2015 celebram-se os 40 anos das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa. Para assinalar o acontecimento, o Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH/NOVA), o Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), o Centro de Estudos Sociais (CES-Coimbra) e a Fundação Mário Soares organizaram, de 18 a 20 de novembro, um colóquio internacional interdisciplinar. A conferência pretende analisar as trajetórias da descolonização dos diversos países e as transformações políticas operadas no contexto africano e nas relações inter-regionais, seja entre os Estados independentes e Portugal, ou ainda na configuração de novas alianças políticas e económicas, como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O evento procurou examinar as lutas pelas independências nacionais, centrando a atenção em temas como as guerras e os seus impactos, as alianças forjadas a nível continental e internacional, bem como os processos de descolonização. Em



análise estiveram igualmente os efeitos da transição para as independências nos contextos africano e europeu, bem como noutros espaços geopolíticos. Os processos de construção dos Estados africanos e as várias alianças estratégicas que foram sendo estabelecidas foram objeto de particular atenção, procurando desafiar as leituras convencionais sobre estes temas. Finalmente, este colóquio pretendeu ser um convite a quem se interrogue, em todas as suas complexas manifestações, os legados do império, do paradigma desenvolvimentista, do estado patrimonialista, da arquitetura, do ensino, das artes, etc.

Colóquio

ON/OFF: Navegando pelas culturas digitais, tecnologia e conhecimento
26 de novembro de 2015

Numa parceria com a Secção Artes, Cultura e Comunicação da APS, este encontro pretendeu constituir-se como um espaço de debate sociológico em torno das culturas digitais, mobilizando para o efeito a investigação empírica e a reflexão teórica que vêm sendo realizadas em Portugal a respeito das práticas artísticas, culturais e comunicacionais que operam com base nas tecnologias e nos média digitais. O objetivo foi questionar a natureza específica dos média digitais enquanto contextos de criação, produção, circulação, partilha e receção de formas e conteúdos artísticos, culturais e comunicacionais, sondando os efeitos que o uso das tecnologias digitais exercem sobre as artes, a cultura e a comunicação. De forma mais ampla, o encontro propôs-se abrir um espaço de debate interdisciplinar sobre o significado social e político das culturas digitais e sobre as implicações éticas e estéticas dos processos culturais e comunicacionais mediados pelas tecnologias digitais.



Sustentabilidade Justa:

Construindo pontes para iniciativas de cidadania em direção a uma justiça social e ambiental

O CES tem colaborado com parceiros académicos e profissionais em oito países (Brasil, Índia, Itália, Portugal, Espanha, África do Sul, Suécia e Turquia), com o objetivo de criar uma rede de investigação transformativa denominada **Justainability** para advogar questões ligadas à justiça sócio-ambiental.

No outono de 2014 o projeto recebeu financiamento do desenvolvimento do Conselho Internacional de Ciências Sociais, e foi recentemente selecionado entre os 8 melhores projetos do mundo que lhes são apresentados como uma Rede de Conhecimento Transformador [Transformative Knowledge Network] (entre quase 100 candidaturas). Por conseguinte, os representantes foram convidados a participar no Fórum de Ciência Social Mundial, em Durban, África do Sul, em setembro de 2015.

A *Justainability* está centrada em quatro desafios-chave de sustentabilidade sócio-ambiental: a contaminação/resíduos, energia/justiça climática, direito à cidade e espaços públicos/alternativas. A *Justainability* trabalha com organizações de cidadania e comunidades locais em todo o mundo que resistem à contaminação, expropriação e exploração ao mesmo tempo que experimentam com sustentabilidades alternativas. Esta rede visa (a) recuperar e compreender as sustentabilidades alternativas previstas, (b) catalisar a interação dos

seus defensores e (c) legitimar e incorporar o conhecimento de cidadania e experiências na busca coletiva de transformações para a sustentabilidade. Cria, ainda, organismos coletivos de pesquisa híbridos que trazem diversas formas de investigação com vista ao estabelecimento de uma agenda comum.

No âmbito desta iniciativa, a equipa de Coimbra está centrada nos espaços públicos/alternativas. A gestão dos espaços públicos e os conflitos relativos aos mesmos levantam questões relacionadas com as dimensões ecológicas e sociais da interação dos seres humanos com o meio ambiente.

Abordar os espaços públicos como um desafio de sustentabilidade implica refletir sobre a agenda delimitadora/de privatização do capitalismo global e na prática (oposta) da gestão de espaços públicos, ou seja, na criação de novos espaços públicos.

Equipa de investigação do CES: Stefania Barca, Nancy Duxbury, Alison Neilson, Lúcia Fernandes e Irina Velicu. Esta equipa trabalhou em colaboração com a organização de base local *Coimbra em Transição*.

<https://www.kth.se/en/abe/inst/philhist/historia/ehl/justainability>



“Climate Justice, Anti-Coal Movements and Transformative Potential,” Laboratório Local de Justainability organizado pela Ecology Collective (EKD), Ankara, e realizado na Associação de Cultura, Artes e Documentários Babil [Babil Culture, Arts and Documentary Films Association], Istanbul, Turquia, 21 de março de 2015.



“Urban Violence, Safety and Governance,” Laboratório Local de Justainability organizado pelo Centro Africano para as Cidades [African Centre for Cities], Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, 30 de outubro de 2014.

Undisciplined Environments

Colóquio Internacional da Rede Europeia de Ecologia Política (ENTITLE)

20-23 de março de 2016

Estocolmo

Oradores/as principais:

Kim Tallbear, Faculdade de Estudos Nativos, Universidade de Alberta, Canadá

Ailton Krenak, Líder da tribo Krenaki e intelectual público, Brasil

Catherine Larrère, Universidade de Paris I-Panthéon-Sorbonne, França

Noel Castree, Universidade de Manchester, Reino Unido

Nancy Peluso, Universidade de Berkeley, Califórnia, EUA

Ugo Mattei, Universidade Internacional de Turim, Itália

Poder e conflito estão no centro das mudanças socio-ambientais, mas o conhecimento existente e as estruturas de ensino superior estão mal preparados para lidar com eles. Grande parte da investigação ambiental socialmente relevante ocorre no interior de silos disciplinares isolados e tem uma orientação disciplinar. As questões são formuladas em relação a tradições académicas, não em termos da estrutura dos problemas e dos conflitos atuais, que transcendem a departamentalização convencional. No entanto, como vivemos em ambientes indisciplinados, é necessário um pensamento indisciplinados.

Para discutir as possibilidades de uma ecologia política indisciplinada, a Rede Europeia "ENTITLE" – ação Marie Curie n.º 289374 no âmbito do programa FP7 – lança o Colóquio Internacional **UNDISCIPLINED ENVIRONMENTS**,

UNDISCIPLINED ENVIRONMENTS

International Conference of the European Network of Political Ecology (ENTITLE)



20-23 March 2016 | Stockholm

coorganizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Laboratório de Ciências Humanas Ambientais do Instituto Real de Tecnologia KTH de Estocolmo.

O Colóquio Internacional vai incluir uma série de sessões com painéis paralelos e intervenções não-académicas. Neste sentido, foram recebidas propostas sobre todos os tópicos relevantes para uma ecologia política indisciplinada. Foram aceites contribuições em diversos formatos: apresentações académicas e mesas-redondas, materiais de áudio/vídeo, documentários, atuações ao vivo (poesia, música, teatro), fotografias ou exposições de arte, graffiti, e outros.

Prazo para inscrição a preços reduzidos: **15 de fevereiro de 2016**

Com o intuito de tornar o Colóquio Internacional acessível ao maior número possível de participantes, existem três tipologias de taxa de inscrição:

1. SUPPORTER FEE: 150,00 euros (30% reverterão em bolsas de viagem) | Inscrição tardia (após 15 de fevereiro de 2016): 225,00 euros
2. REGULAR FEE: 100,00 euros (académicos empregados; quem disponha de TOTAL apoio institucional) | Inscrição tardia (após 15 de fevereiro de 2016): 150,00 euros
3. REDUCED FEE: 50,00 euros (público em geral) | Inscrição tardia (após 14 de fevereiro de 2016): 75,00 euros

● CES encenará

Primeiro Encontro da secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS

8-9 de Janeiro de 2016 // FEUC - Coimbra

Direitos, Justiça, Cidadania: o Direito na Constituição da Política

I Encontro da secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS

Direitos, Justiça, Cidadania: o Direito na Constituição da Política

8 e 9 de janeiro de 2016, FEUC – Coimbra

Recentemente, o direito e a justiça têm dado lugar a debates públicos sobretudo numa perspetiva económica. Qualidade da legislação, confiança na justiça, desempenho dos tribunais têm sido referidos como fatores de desenvolvimento económico e de atratividade do país para os investidores. E são debatidos principalmente na perspetiva, mais específica, do seu impacto sobre o funcionamento dos mercados. Mas a economia não se reduz ao funcionamento de mercados, e a vivência das coletividades humanas não se limita à atividade económica. De facto, além de poder favorecer o funcionamento de mercados, o direito, nas sociedades complexas, tem tido um papel muito mais diversificado de estruturação das atividades coletivas: reconhecendo sujeitos individuais e coletivos, consagrando normas de proibição de variadas formas de violência, identificando desigualdades e meios de as compensar parcialmente, etc. Tem desenvolvido estas potencialidades em estreita articulação com o surgimento dos sistemas políticos modernos, lugares emblemáticos do tratamento das questões que levanta a ação coletiva. Estes necessitam do sistema jurídico, que lhes dá forma, ao mesmo tempo que se tornaram os principais produtores de novas normas jurídicas. Na produção de conhecimento sobre o direito e a justiça é, por isso, crucial contemplar a relação entre direito e política, podendo presumir-se que o direito e a justiça não deixarão de ser afetados pelas alterações profundas que sofre atualmente a esfera política – nomeadamente no espaço europeu. A sociologia tem que contribuir para a análise destas evoluções, devendo, em complemento ao trabalho de economistas, politólogos, especialistas das relações internacionais e outros, estar particularmente atenta às manifestações destas evoluções nas experiências individuais e coletivas das pessoas, nas experiências dos direitos, da justiça e da cidadania. Uma análise indispensável para a apreciação das condições atuais da ação política, ou seja: da viabilidade das nossas sociedades.

Simpósio

i-Mumbai: Identity, Religion and Heritage of Portuguese Origin on the Fringes of an Indian Metropolis

19 de fevereiro de 2016, Mumbai (Índia)

O Congresso Internacional denominado "i-Mumbai: Identity, Religion and Heritage of Portuguese Origin on the Fringes of an Indian Metropolis", terá lugar em Bombaim em fevereiro de 2016, centrando-se nas questões do património de influência Portuguesa na região metropolitana de Bombaim, com um enfoque na história da arquitetura e da paisagem intervencionada. Ambiciona, porém, refletir sobre esse património através de uma perspetiva atual e integrada, tendo em conta as realidades complexas de Bombaim, uma das maiores metrópoles do mundo, onde a pressão imobiliária é altíssima e as noções de valores de património fortemente influen-

ciadas pelas conjunturas políticas. A urgência em refletir e divulgar o património de influência portuguesa, nomeadamente as estruturas religiosas, habitações tradicionais e bairros associados às comunidades católicas da região metropolitana, está assim intrinsecamente relacionada com a fruição quotidiana dessas estruturas, e o cuidado continuado em mantê-las como património "vivo", ou habitado, nos seus contextos locais. Por outro lado, os vestígios arqueológicos de outras estruturas religiosas deverão igualmente ser considerados numa visão de integração e fruição, não meramente museológica.

i-Mumbai

Identity, Religion and Heritage of Portuguese Influence on the fringes of an Indian Metropolis



Ist International Conference

Queering Partnering

30 e 31 de março de 2016, FEUC



Queering Partnering é o primeiro colóquio internacional decorrente do projeto de investigação INTIMATE: Citizenship, Care and Choice – The micro-politics of intimacy in Southern Europe, financiado pelo European Research Council e coordenado por Ana Cristina Santos (www.ces.uc.pt/intimate). O colóquio de 2016 centra-se no tema das conjugalidades e relações íntimas LGBT/queer. [The ways in which people choose to be, or are constrained into being, coupled have been at the centre of public debates on intimate citizenship.] As formas de conjugalidade e relações que as pessoas elegem, ou são forçadas a eleger, têm estado no centro do debate público a respeito da cidadania íntima. Desde as demandas jurídicas expressas por ativistas à (des)construção do amor e da relacionalidade proposta por académicos/as, ou os constantes avanços e retrocessos veiculados pelos media, nunca como hoje fez tanto sentido falar de diversidade quando se trata de conjugalidades e relações íntimas. Face a estes desafios, é tempo de pensar criticamente sobre relações de intimidade queer.

● Doutoramentos e formação avançada

Programas de Doutoramento CES



OFERTA DOUTORAL DO CES

O Centro de Estudos Sociais acolhe um conjunto diversificado de Programas de Doutoramento da Universidade de Coimbra, em parceria com as suas faculdades mas também com outras Universidades, potencializando as sinergias criadas pela investigação avançada que desenvolve.

Os/as alunos/as beneficiam de um ambiente de investigação de excelência, segundo avaliações sucessivas por painéis internacionais, onde se desenvolvem inúmeros projetos, seminários e colóquios internacionais, num intenso ambiente académico.

- **Cidades e Culturas Urbanas**
- **Democracia no Século XXI**
- **Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI**
- **Discursos: História, Cultura e Sociedade**
- **Estudos Feministas**
- **Governança, Conhecimento e Inovação**
- **Human Rights in Contemporary Societies**
- **Patrimónios de Influência Portuguesa**
- **International Politics and Conflict Resolution**
- **Pós-Colonialismos e Cidadania Global**
- **Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo**
- **Território, Risco e Políticas Públicas**

Para mais informação:
www.ces.uc.pt/doutoramentos

● Investigadores/as em Pós-doutoramento



Anita Guazzelli Bernardes

Doutoramento em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Projeto: Políticas de saúde e territórios: estudo sobre governamentalidade e ética



Anna Blurtsyan

Doutoramento em Estudos Clássicos e História Antiga, Universidade de Exeter, Reino Unido

Projeto: The aesthetics of praxis and of the idle: Culture in the Republic of Armenia through the industrialisation and de-industrialisation



Clara Ervedosa

Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, Universidade de Coimbra, Portugal

Projeto: "Lazy, Emotional, and Criminal": The "Südländer" Topos in German Public Discourse



Cristiano Pinheiro de Paula Couto

Doutoramento em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Projeto: Raiz & Utopia: Democracia e Discurso Crítico no Pós- 25 de Abril (1977-1981)



Marcelo Ferreira

Doutoramento em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Projeto: Michel Foucault e a compreensão da Psicologia como tecnologia



Maria Susana Santos Martins

Doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Projeto: Ecos: Historicizar as memórias da guerra colonial



Sandra Saleiro

Doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – IUL, Portugal

Projeto: Local gender equality: mainstreaming de género nas comunidades locais



Sílvia Roque

Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Universidade de Coimbra, Portugal

Projeto: Jovens entre crises: representações, políticas e percursos numa perspectiva pós-colonial

Publicações



Revista Crítica de Ciências Sociais

www.ces.uc.pt/rccs

Número 107

As lutas pela Amazônia no início do milénio

Orgs: Pedro Hespanha e Luis E. Aragón

Desenvolvimento amazônico em questão

Luis E. Aragón

A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI

Mario Miguel Amin

Amazonia. Violencias, resistencias, propuestas

Alberto Acosta

Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro

Alex Fiúza de Mello



eces.revues.org/

N. 23 – Espaços de Justiça e arquitetura dos tribunais: uma questão e ação política?

Org.: Patrícia Branco

Oficinas do CES

www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina

427 - O acesso à água em Portugal em tempo de crise: O setor da água em Portugal 'em baixa'

Marisa Borges, António Leitão, Paula Duarte Lopes e Daniela Nascimento

426 - Etnógrafa de trazer por casa: Notas sobre a estranheza de olhar o outro em sua casa

Joana Pimentel Alves

425 - La metáfora de la red en el concepto foucaultiano de dispositivo

Soledad Vercellino

424 - Discursos políticos em torno da Lei da Unicidade Sindical e concepções sobre a organização do mundo laboral: dos dilemas históricos aos dilemas actuais

Virgílio Amaral

Ficha Técnica

CESemCENA é uma publicação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Laboratório Associado. Direitos reservados.

Diretor | Boaventura de Sousa Santos

Coordenação | Alexandra Pereira, Nancy Duxbury e Pedro Araújo

Apoio |

